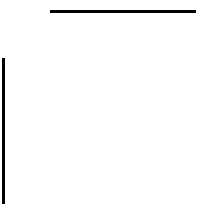
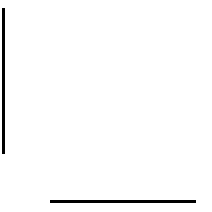


**CIÊNCIAS DA
LINGUAGEM:
O FAZER
CIENTÍFICO?**

Volume 1



ADAIR VIEIRA GONÇALVES
MARCOS LÚCIO DE SOUSA GÓIS
(ORGANIZADORES)

**CIÊNCIAS DA
LINGUAGEM:
O FAZER
CIENTÍFICO?**

Volume 1

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ciências da linguagem : o fazer científico? : volume 1 / Adair Vieira Gonçalves, Marcos Lúcio de Sousa Góis (organizadores) . -- Campinas, SP : Mercado de Letras, 2012. -- (Ciências da linguagem)

ISBN 978-85-7591-186-0

1. Linguística 2. Linguística – Filosofia I. Gonçalves, Adair Vieira. II. Góis, Marcos Lúcio de Sousa. III. Série.

12-04062

CDD-410.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística : Filosofia 410.1

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

CONSELHO EDITORIAL:

Editoria executiva: Luciane de Paula (UNESP, Assis)

Conselho editorial: Adail Ubirajara Sobral (UCePel)

Arnaldo Cortina (UNESP, Araraquara)

Grenissa Stafuzza (UFG, Catalão)

Ida Lúcia Machado (UFMG)

Jean Cristtus Portela (UNESP, Bauru)

João Bosco Cabral dos Santos (UFU)

Marco Antonio Villarta-Neder (UFLA)

Maria Angélica de Oliveira Penna (IEL, UNICAMP)

Maria de Fátima F. Guilherme de Castro (UFU)

Renata Maria F. Coelho Marchezan (UNESP, Araraquara)

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© **MERCADO DE LETRAS EDIÇÕES E LIVRARIA LTDA.**

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-lettras.com.br

livros@mercado-de-lettras.com.br

1ª edição

junho/2012

IMPRESSÃO DIGITAL

– IMPRESSO NO BRASIL –

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
<i>Kanavillil Rajagopalan</i>	
APRESENTAÇÃO	23
1. FILOSOFIA DA LINGUÍSTICA	35
<i>José Borges Neto</i>	
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA FONÉTICA E DA FONOLOGIA	65
<i>Luiz Carlos Cagliari</i>	
3. PESQUISA EM MORFOLOGIA: EXEMPLOS, PRESSUPOSTOS, PRECAUÇÕES	89
<i>Margarida Basilio</i>	
4. PESQUISA EM SINTAXE GERATIVA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E QUESTÕES	119
<i>Marcus Vinicius Lunguinho</i> <i>Mariana Santos de Resenes</i> <i>Esmeralda Vailati Negrão</i>	

5.	LEXICOLOGIA: O QUE HÁ POR TRÁS DO ESTUDO DAS PALAVRAS?	163
	<i>Vivian Orsi</i>	
6.	UMA METODOLOGIA PARA A DESCRIÇÃO DE NEOLOGISMOS	179
	<i>Ieda Maria Alves</i>	
7.	TERMINOLOGIA: O QUE É E COMO SE FAZ	197
	<i>Gladis Maria de Barcellos Almeida</i>	
8.	METODOLOGIA EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM: LEXICOGRAFIA	231
	<i>Claudia Zavaglia</i>	
9.	O QUE É FAZER PESQUISA EM LINGUÍSTICA HISTÓRICA?	267
	<i>Gladis Massini-Cagliari</i>	
10.	CRÍTICA TEXTUAL	293
	<i>César Nardelli Cambraia</i>	
11.	LINGUÍSTICA DE CORPUS	321
	<i>Tony Berber Sardinha</i>	
12.	ESTUDOS DA TRADUÇÃO	349
	<i>Cristina Carneiro Rodrigues</i>	
13.	HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA	381
	<i>Olga Ferreira Coelho</i> <i>Maria Mercedes Saraiva Hackerott</i>	

PREFÁCIO
DISCURSO CIENTÍFICO,
SEUS DESDOBRAMENTOS E
SEUS EMBUSTES

A ciência arrisca suas respostas tentativas por meio de conceitos fabricados pelo homem, inevitavelmente concebidos em línguas que são também fabricadas pelo homem, mas não há como fazer melhor que isso. A própria noção do sujeito, assim como o de um e muitos, é tão paroquialmente humano quanto as classes gramaticais de palavras; perguntar como a realidade realmente é, independentemente das categorias humanas, é, contudo, estonteante. É como perguntar qual é a distância que o Nilo realmente percorre, independentemente de assuntos paroquiais como milhas e quilômetros. Os positivistas estavam com a razão ao classificar tal metafísica como pura bobagem.

Todavia, os primeiros positivistas estavam errados quando concluíram que o mundo não está realmente composto por átomos, e assim por diante. O mundo está

como a ciência natural nos diz que ele é, na medida em que a ciência esteja correta [...]. *O estruturalismo global que defendo não deve ser, por conseguinte, visto como uma ontologia estruturalista.* (Quine 1992, p. 9, grifo acrescido)

Na história da Linguística, nem sempre a questão da explicação esteve no foco das atenções. Os pesquisadores se preocupavam, isto sim, em fazer suas observações sobre seus dados e anotações sobre eles de forma mais acurada possível e descrever seus objetos de estudo – isto é, as línguas naturais – de maneira igualmente fidedigna. Nos tempos áureos da linguística dita estrutural, as atenções se desdobravam sobre as línguas classificadas no imaginário popular como “exóticas”, termo usado para se referir às línguas pouco conhecidas (isto é, para os ocidentais!), tais como as línguas indígenas das Américas, as línguas faladas pelas tribos consideradas aborígenes da Oceania, África, Ásia etc. O termo *jungle linguist* (linguista da selva), popularizado pelo filósofo Willard Quine (1960), se referia a essa fase da linguística, que marcou a primeira metade do século XX. O espírito que norteava a busca frenética dessas línguas no intuito de descrevê-las e assim registrá-las no banco de memória em benefício da posteridade era, como Pennycook (2002, p. 11) o descreve, o de um “colecionador de borboletas” (*butterfly-collecting approach*). Muitos eram também movidos por um desejo sincero de contribuir para a preservação das línguas minoritárias na beira de extinção.

O interesse para valer pela explicação só começou a se sobressair a partir da revolução chomskiana. Nos fins da década de 1950, Chomsky insistiu em que não bastava que uma teoria linguística fosse apenas adequada dos pontos de vista observacional e descritivo, ela também precisava passar pelo crivo da adequação explanatória. A adequação explanatória seria, dessa maneira, o teste de fogo de uma teoria linguística. Num trabalho intitulado “*Explanatory adequacy*” (Adequação explanatória), o linguista Emmon

Bach (1974, p. 153) chega a cunhar a expressão “metapreocupação” para se referir “à tendência exagerada, não apenas para pensar a respeito da linguagem, mas para pensar sobre como pensar a respeito da linguagem”. Acredito que os linguistas das gerações anteriores à escola gerativa eram, via de regra, imunes a essa preocupação quase doentia que passou a atormentar os novos pesquisadores.

O texto de Bach, ao qual acabamos de nos referir, fazia parte de um livro organizado por Cohen (1974) sob o título *Explaining Linguistic Phenomena* (Explicando fenômenos linguísticos). Trata-se de uma coletânea de textos inteiramente dedicados à questão do fazer científico na linguística, por sinal o tema sobre o qual os autores do presente volume também se propõem a se debruçar, evidenciando assim o fascínio do tema até os dias de hoje. Como bem diz Lamb (2004, p. 3), ao discorrer sobre os objetivos da linguística, “Espero que ninguém esteja imaginando que eu ofereça qualquer coisa profunda ou derradeira sobre este assunto”, acrescentando que “pela sua própria natureza, a questão não permite respostas conclusivas”.

“A explanação é, no mínimo, uma organização coerente de um conjunto de dados, para a qual se utilizam construtos que são mais abstratos que aqueles dados,” decretou Whitaker (1974, p. 75), um dos demais colaboradores do livro organizado por Cohen. A ideia, sobretudo no que tange à segunda parte da afirmativa, isto é, a de que uma explanação pode tolerar construtos mais abstratos em seu *explanans* (Hempel e Oppenheim 1948), é passível de contestação, como veremos mais adiante. Já Dougherty (1974, p. 128) não hesitou nem um pouco em declarar com todas as letras: “Quando um linguista escolhe uma gramática em detrimento de outra, ele está subscrevendo a uma definição singular do que, no seu entender seria a ‘explanação na linguística’”. O próprio Chomsky, inspirador de frases como essa, chegou a concluir que uma gramática é, no fundo no fundo, uma explanação sobre o funcionamento do cérebro humano.

Mas, as discussões sobre explanação não param por aí. Dretske (1974, pp. 21-22), mais um dos colaboradores ao livro organizado

por Cohen, alerta o leitor de que “Explanções parecem pairar sobre as nossas mais inocentes descrições e as descrições, por sua vez, parecem dominar as nossas mais elaboradas explicações”, acrescentando logo em seguida que “Uma explanação é simplesmente uma descrição responsiva a certos interesses”. Em outras palavras, Dretske nega sumariamente que à explanação possa ser creditado qualquer estatuto da ordem “*meta*”.

De vez em quando, vale a pena lembrar-nos de uma famosa frase proferida pelo poeta inglês Byron a respeito do seu colega e conterrâneo Coleridge: “Explicando a metafísica à nação, seria proveitoso se ele explicasse sua própria explicação”. Ou seja, aquilo que soa para alguém como uma boa explicação, uma explicação convincente, pode parecer a uma outra pessoa como qualquer coisa menos uma explicação. É justamente isso que se verifica numa afirmação de Givón (1977), que em seu livro *On Understanding Grammar* (Sobre compreender a gramática), argumenta que para que algo seja considerado uma boa explanação, o mesmo deve se valer de termos mais simples e fáceis de compreender do que o próprio *explanandum*, para continuar utilizando a terminologia de Hempel e Oppenheim (1948). Dessa forma, o autor se posiciona diametralmente contrário a Whitaker (anteriormente referido), para quem é perfeitamente normal e aceitável que uma explanação abrigue construtos mais abstratos do que o próprio termo/conceito a ser explicado.

No fundo, a diferença entre Whitaker e Givón em relação aos termos utilizados no *explanans* (isto é, se estes podem ou não ser mais abstratos do que aqueles contidos no *explanandum*), tem a ver com duas maneiras distintas de encarar o propósito de uma explanação. Numa, a de Whitaker, o que importa é a exatidão e a exaustão; noutra, a de Givón, é a facilidade de compreensão por parte da pessoa a quem a explanação é oferecida. Há aqui uma nítida comparação com dois tipos de dicionários - por um lado, aqueles dicionários que, guiados pelos melhores princípios de lexicologia, procuram fornecer definições mais acuradas dos verbetes; por outro lado, os dicionários

escolares, confeccionados no intuito de auxiliar os usuários a compreender vocábulos menos usuais (conferir Rajagopalan 2011).

Convém ressaltar, no entanto, que tanto Whitaker como Givón estavam se baseando na ideia de que uma explicação ocorre estritamente no interior de um universo, composto pelas premissas e a conclusão a que se chega a partir delas, não importando nenhum outro fator. Num texto escrito em 1989, Robin Lakoff joga uma ducha de água fria sobre tal cômodo quando diz que “os modelos teóricos são, afinal de contas, construídos pelos seres humanos para atenderem a certas necessidades suas emocionais e estéticas, de forma consciente ou não” (Lakoff 1989, p. 962), explicitando assim o termo “interesses”, que, convenhamos, era um tanto vago, na formulação de Dretske acima.

Falar em “necessidades [...] emocionais e estéticas” é claramente ampliar o domínio dos fatores que são identificados como relevantes na construção de teorias e como elas procuram especular as coisas que se propõem explicar. Ao assumir uma postura como essa, Lakoff acena para a importância de se levar em conta o ‘estilo’ - a retórica - de um argumento científico além do seu conteúdo e rigor lógico. Lembrando os dias em que foi aluna de Chomsky num período em que a escola gerativa ainda se encontrava numa luta pela sobrevivência no cenário acadêmico nos EUA, ela nos dá o seguinte depoimento:

[...] a influência preponderante que Chomsky teve sobre seus discípulos naqueles tempos, uma influência tanto moral quanto intelectual. Ele falava numa voz tão macia, persuasiva que parecia utilizar tão somente argumentação racional. Ele portava convicção sólida, em parte porque parecia estar acima das contendas que tanto assolavam a academia, interessado apenas na verdade por si só, não em levar o melhor nas rivalidades doutrinárias que caracterizavam outras disciplinas. (p. 941)

Num texto de Ross que só conheço na forma de manuscrito (nem sei se foi publicado), o autor, também ex-discípulo de Chomsky, se derrete quando faz o seguinte depoimento sincero e comovente:

[...] minha maior dívida para como meu mestre Noam Chomsky não é de que ele me forneceu uma teoria para continuar construindo-a, enriquecendo-a – mas de que ele repassou para mim a *ideia de construir*, o faro para seguir conclusões, o gosto pela precisão [...]. (Ross 1981, p. 5)

Com o depoimento, Ross confirma a alegação de Lakoff de que argumentos são ganhos e às vezes novos paradigmas são inaugurados não só pelo rigor da lógica, mas também pela sensibilidade de relações que se estabelecem entre um mestre e seus discípulos. A importância do estilo no discurso científico tem sido tema de muitas discussões. Por exemplo, Prodger (1998, p. 144) aponta:

Os historiadores hoje em dia admitem a importância das técnicas narrativas de Darwin na aceitação de suas ideias [pela comunidade]. Darwin é admirado como mais do que um teórico astuto; ele também foi um escritor muito talentoso. Darwin produziu obras que cativaram o público.

Promovendo sua tese que vai na mesma direção, Mary Hesse (1980, p. 173) já havia argumentado que a linguagem da ciência é irreduzivelmente metafórica e “a lógica da ciência é interpretação circular, reinterpretação e autocorreção de dados de acordo com a teoria, a teoria de acordo com os dados”. Estão redondamente enganados, portanto, aqueles que acreditam que, a ciência pode se dar ao luxo de dispensar o estilo, a retórica.

Voltando ao texto de Lakoff, num outro trecho do mesmo, a autora nos confronta com o seguinte desafio:

Eu vejo o seguinte: como a principal pergunta perturbadora que não quer se calar: a Linguística é uma ciência? Se não for, daí? Antes de vocês rangerem seus dentes e contorcerem suas mandíbulas, por favor, pensem nisso: Será que queremos que nosso campo de atuação seja uma ‘ciência’ porque o nome faz com que nós nos sintamos prestigiados ou úteis; ou, será que têm outras justificativas?

Que o termo ‘ciência’ traz prestígio e respeitabilidade, ninguém pode negar. Não é por acaso que a linguística, desde sua reinauguração no começo do século passado vem alardeando seu caráter *científico* e utilizando a artimanha para fustigar a gramática dita ‘tradicional’, seu saco de pancadas favorito.

Acontece que o que vem a ser a ciência não é matéria de consenso até mesmo entre os cientistas. Da mesma forma que, conforme vimos, o que é uma explicação para um pode não ser explicação para outro, dois cientistas podem ter ideias diversas sobre o que constitui a ciência. Dizer, como faz Kuhn (2003), que, no interior de um mesmo paradigma haverá amplo consenso, apenas alivia, não resolve definitivamente, o nosso problema. Ademais, a situação não se difere daquela descrita, ao que parece, pelo pensador alemão Schopenhauer de que a única diferença entre uma teoria e um surto de delírio é que o segundo se materializa como um episódio solitário. Ou seja, quando o grupo inteiro delira em sintonia, tem-se uma teoria robusta, onde todo mundo está de acordo uns com os outros em relação a dados relevantes e à explicação convincente para eles. Afinal de contas, não é ao mesmo Schopenhauer que se atribui a frase inesquecível que diz “Toda verdade passa por três etapas. Primeiro, é ridicularizada. Segundo, é violentamente contestada. Terceiro, é aceita como autoevidente” ?

Num texto de extrema acuidade intitulado ‘*Creativity – a dangerous myth*’ (Criatividade – um mito perigoso), Paul Feyerebend (1987) contesta a visão propagada desde Platão, segundo a qual a inspiração divina, acompanhada por invocação de Musas e frenesi

(e por aí vai), estaria por trás de toda criatividade, ideia esta retomada por Einstein (1954, p. 291), que descreve conceitos e teorias como “criações livres da mente humana”. Feyerabend rechaça a alegação de que a criatividade individual seja a mola propulsora dos avanços da cultura, afirmando que tal ideia é não só absurda, mas perigosa. Em suas próprias palavras, tal assunção “[...] faz sentido apenas quando os seres humanos forem vistos como entes autocontidos, separados do restante da natureza, munidos de ideias e livre arbítrio próprios”. Num outro trecho do texto, Feyerabend ataca frontalmente a questão central.

Um argumento começa com determinadas assunções, procede num determinado caminho, e possui vigor tão somente se movimenta numa direção aceitável. Posto num ambiente hostil, o mais belo argumento pode soar como sofisma. Isso é verdadeiro na ciência, mais verdadeira ainda em política e no senso comum que a alavanca em países democráticos. (p. 710)

Feyerabend estava se posicionando contra uma longa tradição de pensar a ciência, tradição esta encarnada pela disciplina chamada de ‘Filosofia da Ciência’. Quando Borges Neto, autor do primeiríssimo capítulo desta coletânea diz, logo na abertura do seu texto que

a Filosofia da Linguística é um ramo da Filosofia da Ciência voltado especificamente ao estudo das teorias linguísticas, sua análise, avaliação e comparação de propostas concorrentes. Trata-se de uma área de estudos paralela à Filosofia da Física, à Filosofia das Ciências da Vida, à Filosofia da Matemática, da Psicologia, da História etc. (p. 23)

Ele frisa uma das principais marcas desta empreitada. A Filosofia da Linguística se concentra nas teorias linguísticas como propostas estáticas, autocontidas e desvinculadas das condições sócio-históricas que propiciaram sua construção, divulgação, aceitação

e eventual propagação ou rejeição pela comunidade acadêmica. Ela encara a ciência como um empreendimento em si e por si só.

Em contraposição à Filosofia da Ciência, tem surgido nas últimas décadas uma corrente que se chama a Sociologia de Conhecimento. Embora a Sociologia de Conhecimento remonte aos pensadores alemães como Max Scheler e Karl Mannheim, foi o livro *Social Construction of Reality* (Construção Social da Realidade), organizado por Berger e Luckmann (1966) que consolidou a área como um campo alternativo de pensar a ciência. (Diga-se de passagem que, quando o filósofo norte-americano John Searle publicou em 1995 seu livro *The Construction of Social Reality* (A construção da Realidade Social), ele estava veladamente discordando da postura defendida por Berger e Luckmann e indicando sua discordância, sutilmente parodiando o título da sua obra). No rastro da obra de Berger e Luckmann surgiram outras tantas, notadamente as de Bloor (1976) e Pickering (1984). O primeiro foi o fundador da escola de Edimburgo e também da revista *Social Studies of Science*. Em 1988, Stanley Aronowitz publica seu livro *Science as Power* (Ciência como poder) no qual apresenta a tese de que “as normas da ciência não são, de modo algum, autoevidentes e que a melhor forma de encarar a ciência é como um discurso socialmente construído que legitima seu poder ao apresentar-se como verdade”.

Em seu livro intitulado *Philosophy of Science and Its Discontents* (Filosofia da Ciência e seus descontentes), Fuller (1993, p. xi) traça um histórico do fascínio que a filosofia da ciência exerce. Segundo o autor, a partir do momento em que Kant legitimou o estudo de conhecimento (*episteme*) como independente da realidade última, tornou-se desnecessário responder a todas as objeções do cético para dar prosseguimento à empreitada epistêmica. O século XIX não perdeu tempo em assimilar as vantagens dessa saída e incorporou a ideia no movimento positivista, cujos principais porta-vozes foram Auguste Comte e John Stuart Mill. Para esses intelectuais, a problemática do conhecimento era, em larga medida, normativa: qual é a forma mais valiosa de conhecimento? Importaria nos dispormos apenas daquela forma e não de nenhuma outra?

Fuller entende que as respostas possíveis às perguntas levantadas acima giram em torno da organização social da investigação, entendida tanto externamente (o papel da ciência na sociedade ampla) como internamente (ciência como uma sociedade no sentido minúsculo, isto é, o círculo íntimo dos pares). Na medida em que, ao longo do século XIX, a ciência se tornou uma sociedade no sentido minúsculo, os positivistas e seus simpatizantes começaram a perder qualquer vínculo com a sociedade ampla e o lugar da ciência nela. Para Fuller, ainda não conseguimos nos livrar das garras desse modo de ver as coisas. Em suas próprias palavras,

Os nomes mais destacados da filosofia da ciência do século XX – os positivistas lógicos, Popperianos e Kuhnianos – têm conseguido se manter fiéis à empreitada do século anterior, ainda que de forma bem mais abstrata e com as metáforas sociais relegadas a um punhado de metáforas cativantes como é o caso de ‘revolução’ que consta nas páginas do livro *A Estrutura de Revoluções Científicas* de Kuhn. (Fuller1993, p. xi)

Mais adiante, Fuller chega a se referir, com desprezo indiferecido, ao “objeto ilusório dos estudos filosóficos, *a história interna das ciências*”, tirando o tapete debaixo da última cartada daqueles que querem transformar a história de ciências numa história de ideias científicas contempladas independentemente das condições em que elas foram aventadas.

Na ótica da sociologia de conhecimento, a ciência só pode ser compreendida no seu contexto sócio-histórico. As circunstâncias sociais e políticas que prevalecem no momento da produção do conhecimento não são fatores externos ou periféricos; pelo contrário, elas impingem o conteúdo das novas descobertas e ditam os rumos que a ciência vai tomar daí em diante. A sociologia de conhecimento entende que a ciência também não passa de uma prática social. E os cientistas são, antes de serem gênios, são seres humanos de carne e

osso e permanecem como tais mesmo após ingressarem no clube seletivo dos cientistas.

O seguinte depoimento de Restivo (1988, p. 6) é bastante eloquente e esclarecedor neste sentido:

Até mesmo quando estou executando trabalho científico, uma atividade que confesso não poder conduzir em associação direta com outras pessoas, eu desempenho um ato social, pois é um ato *humano*. Trata-se do único material da minha atividade – como a própria linguagem que o pensador utiliza – que é dado a mim como um produto social. A minha própria existência é uma atividade social. (grifo no original)

Mais recentemente, a questão da presença humana na constituição da ciência e o papel do cientista-agente têm sido tratados como uma questão da natureza situada (*situatedness*) da ciência (Rampton 1997; Rajagopalan 2003; Signorini 2008). Nas palavras de Rampton,

Os pesquisadores jamais podem deixar de ser socialmente situados, com biografias e subjetividades que são convocadas a testemunhar todas as etapas do processo da pesquisa, influenciando de uma forma ou de outra as perguntas que eles fazem e o modo como eles procuram respondê-las. (Rampton 1997, p. 11)

McCloskey, economista de grande renome internacional e intelectual que revolucionou o seu campo de pesquisa, declarou em 1984:

As afirmativas científicas são atos de fala, produzidos na cena de tradição científica por um cientista-agente, por intermédio de tropos usuais, para fins de descrever a natureza ou a humanidade de maneira melhor que seus pares. (McCloskey 1984, p. 105)

E continua:

O erro está em achar que o cientista está engajado num ato proposicional, que é uma questão da lógica formal, quando na verdade ele está engajado – todo dia, na maioria dos dias – em atos ilocucionários, que são atos retóricos. (McCloskey 1984, p. 106)

Muito antes de McCloskey, Jaako Hintikka, renomado filósofo e lógico finlandês e considerado o pai da lógica epistêmica formal, havia se recorrido ao conceito daquilo que Austin chamava de ato ilocucionário (Austin 1962) para elucidar o enigmático enunciado de Descartes *Cogito, ergo sum*, argumentando que

Descartes não está inferindo *sum* a partir de *cogito*, mas demonstrando para si sua própria existência “performando” um ato de pensar. A expressão *cogito* não marca uma premissa da qual *sum* é inferida, mas um pensamento-ato que revela (pelo tempo que o mesmo dura) para Descartes o ente que ele é. (Hintikka 1989, p. 113)

No rastro destes trabalhos pioneiros, Beaugrande (1998) analisa o discurso científico de Chomsky, mostrando que, como não podia deixar de ser, os escritos de Chomsky também ilustram a presença de atos de fala, deles tirando toda sua força e prestígio científicos.

O que todos esses autores estão insinuando é que talvez tenha chegado a hora de embargar um velho preceito que tem norteado a nossa conduta através de séculos: o de que o que importa mesmo é o pensamento, a língua só serve quando ajuda a transmiti-lo sem o mínimo de distorções. Essa ideia se encontra expressa da seguinte maneira na obra *Leviathan* de Hobbes: “O uso geral da língua é transferir o nosso discurso mental para o discurso verbal; ou, a cadeia dos pensamentos para a cadeia de palavras, (Hobbes 1651, 1.4)”. Como assinala Hacking (1975, p. 16),

Os manuais de redação produzidos no século XVII frequentemente nos recomendam que devemos, à medida do possível, desvencilhar o nosso pensamento da língua, pois a linguagem pública, diferentemente do discurso mental, está sujeita a abusos.

Essa mesma questão foi abordada por Geoffrey Hatmann (1980, p. 242), crítico literário, quando, a partir de um olhar eminentemente textualista, decretou “A teoria, ela própria, se constitui um outro texto; portanto não goza de nenhum estatuto privilegiado”.

Ora, se a teoria, conforme nos alerta Hartmann, não passa de mais um texto, qualquer reflexão que se possa fazer *sobre* esse texto também não pode almejar ser qualquer coisa a não ser mais um texto. Dito de outra forma, se todo texto pede para ser compreendido dentro do seu (com) texto, qualquer teoria também pode, e *deve*, ser abordada dentro do seu contexto maior, contexto este que inclui todos aqueles fatores que os sociólogos do conhecimento vêm insistindo que sejam levados em conta. (sobre essa questão veja Rajagopalan 1989).

Antes de terminar estas breves reflexões acerca da natureza científica da Linguística bem como as diferentes formas de encarar a questão da cientificidade, devemos alertar o leitor sobre as incertezas que ainda pairam sobre o tema. Com certeza, as coisas estão ainda muito longe de ser concluídas definitivamente. E não há perspectivas de um desfecho rápido ou derradeiro, pelo menos no curto ou médio prazo. Talvez nem devamos aspirar por um desfecho que nos propicie um sossego duradouro. Pois, independente de qualquer desfecho, a ciência vai continuar a despertar a nossa curiosidade, o nosso eterno fascínio. E, como diz Quine (na epígrafe deste prefácio), “O mundo está como a ciência natural nos diz que ele é, *na medida em que a ciência esteja correta [...]*”. Os cientistas – entre eles nós linguistas – podem ficar tranquilos de que não vai faltar o que fazer no futuro concebível.

Kanavillil Rajagopalan/ Unicamp
Campinas, março de 2011

Referências Bibliográficas

- ARONOWITZ, S. (1988). *Science as Power*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- AUSTIN, J. L. (1962). *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press.
- BACH, E. (1974). “Explanatory inadequacy”, in: COHEN, D. (org.) *Explaining Linguistic Phenomena*. Washington: Hemisphere Publishing Company, pp. 153 – 171.
- BEAUGRANDE, R. de (1998). “Performative speech acts in linguistic theory: The rationality of Noam Chomsky.” *Journal of Pragmatics* 29, pp. 1-39.
- BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. (orgs) (1966). *Social Construction of Reality*. Nova York: Anchor Books.
- BLOOR, D. (1976). *Knowledge and Social Imagery*. Londres: Routledge e Kegan Paul.
- COHEN, D. (org.) (1974). *Explaining Linguistic Phenomena*. Washington: Hemisphere Publishing Company.
- DOUGHERTY, R. G. (1974). “What explanation is and isn’t”, in: COHEN, D. (org.) *Explaining Linguistic Phenomena*. Washington: Hemisphere Publishing Company, pp. 125 – 151.
- EINSTEIN, A. (1954). “Physics and Reality”, in: *Ideas and Opinions*. Nova York: Diane Publishing Company.
- FULLER, S. (1993). *Philosophy of Science and Its Discontents*. Nova York: The Guilford Press.
- GIVÓN, T. (1979). *On Understanding Grammar*. Nova York: Academic Press.
- HACKING, I. (1975). *Why Does Language Matter to Philosophy?* Cambridge: Cambridge University Press.

- HARTMANN, G. (1980). *Criticism in the Wilderness: The Study of Literature Today*. New Haven: Yale University press.
- HEMPEL, C. G. e OPPENHEIM, P. (1948). "Studies in the Logic of Explanation." *Philosophy of Science*, XV, pp. 135–175.
- HESSE, M. (1980). *Revolutions and Reconstructions in the Philosophy of Science*. Brighton: The Harvester Press.
- HINTIKKA, J. (1962). "Cogito, Ergo Sum: Inference or Performance?" *The Philosophical Review*, vol. 71, n° 1, pp. 3-32
- HOBBS, T. (1651). *Leviathan or The Matter, Forme and Power of a Common-Wealth Ecclesiastical and Civill*. St. Paul's Churchyard, Reino Unido: The Green Dragon.
- KUHN, T. (2003). *A estrutura das revoluções científicas*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- LAKOFF, R. (1989). "The way we were; or the real actual truth about generative semantics. A memoir." *Journal of Pragmatics*, vol. 13, n.º 6, pp. 939-988.
- LAMB, S. (2004). *Language and Reality*. Organização J. Webster. Londres e Nova York: Continuum.
- MCCLOSKEY, D. N. (1984). "The literary character of economics." *Daedalus*, vol. 113, n.º 3, pp. 97-119.
- PENNYCOOK, A. (2002). "Mother tongues, governmentality, and protectionism." *International Journal of the Sociology Language*, n.º 154, pp. 11–28.
- PICKERING, A. (1984). *Constructing Quarks: A Sociological History of Particle Physics*. Chicago: University of Chicago Press.
- PRODGER, P. (1998). "Illustration as strategy in Charles Darwin's *The Expression of the Emotions in Man and Animals*", in: LENOIR, T. (org.) *Inscribing Science: Scientific Texts and*

- the Materiality of Communication*. Stanford: Stanford University Press. pp. 140-181.
- QUINE, W. v. O. (1960). *Word and Object*. Cambridge: MIT Press.
- _____. (1992). "Structure and nature." *The Journal of Philosophy*, vol. LXXXIX, n.º 1, pp. 5 - 9.
- RAJAGOPALAN, K. (1989). "Sobre a indissociabilidade do historiar da linguística do próprio fazer da linguística." *DELTA*, vol. 5, n.º 2, pp. 225-240.
- _____. (2003). "The philosophy of applied linguistics", in: DAVIES, A. e ELDER, C. (orgs.) *Handbook of Applied Linguistics*. Nova York: Blackwell, pp. 397-420.
- _____. (2011). "Resenha do livro *Dicionários Escolares: políticas, formas e usos*." *DELTA*, vol. 27, n.º 1, pp.147-153.
- _____. (em preparação). "On the situatedness of linguistic thought and the regressive infinity of performativity claims of scientificity."
- _____. (em preparação). "Linguistics as a performative science."
- RAMPTON, B. (1997). "Retuning in applied linguistics." *International Journal of Applied Linguistics*, vol. 7, pp. 3-25.
- RESTIVO, S. (1988). "The social life of mathematics." *Philosophica*, vol. 42, pp. 5-20.
- ROSS, J. R. (1981). "Human linguistics." Biblioteca da PUC-SP. (mimeo)
- SEARLE, J. (1995). "The Construction of Social Reality." Nova York: Free Press.
- SIGNORINI, I. (2008). *Situar a Linguagem*, Vols. 1 e 2. São Paulo: Parábola Editorial.
- WHITAKER, H. A. (1974). "Is Grammar in the brain?", in: COHEN, D. (org.) *Explaining Linguistic Phenomena*. Washington: Hemisphere Publishing Company, pp. 75 – 89.

APRESENTAÇÃO

Este projeto nasceu de uma constatação e, por consequência, de uma necessidade. Embora existam no meio acadêmico livros de introdução aos estudos da linguagem, faltava um material que estivesse mais próximo da investigação como uma prática. Não necessariamente uma obra de introdução à pesquisa, mas que estivesse bem próximo disso. Nosso desejo inicial foi, desse modo, congrega em um ou dois volumes textos que mostrassem o caminho das pedras aos interessados à pesquisa nas áreas que compõem as ciências da linguagem. Diante disso, lançamos um desafio a inúmeros pesquisadores, convidando-os a responder, em síntese, à seguinte pergunta: “Suponhamos que um estudante quisesse fazer pesquisa em sua linha/área de investigação, o que ele precisa saber (e) fazer?”. Dirigida a questão, deixamos os escritores livres para colocar no papel seu fazer científico.

O primeiro a responder ao convite foi o Prof. Kanavillil Rajagopalan, com quem tivemos a grata satisfação de conversar em um evento em Dourados, MS, e trocar algumas ideias sobre como conduzir o processo. A ele, seguiram-se outros, inegáveis conhece-

dores da área em que atuam e de produção acadêmica e profissional da mais alta qualidade. Isso, o leitor poderá comprovar nas páginas que se seguem.

Não foi, todavia, fácil realizar nossa ideias. Primeiro, porque a realidade de nossas universidades exige hoje um compromisso de produtividade elevada de seus docentes, e não só referente a pesquisas: são comissões das mais diferentes naturezas, orientações diversas, participações em eventos e bancas, aulas na graduação e na pós, etc. Tudo isso consome um tempo significativo, e aceitar um convite para trabalhar mais pode não soar bem. A despeito de todos os possíveis impedimentos, o resultado foi bastante próspero. Todos os autores que compõem essa obra souberam precisar a importância do projeto e se propuseram a caminhar conosco. Segundo, muitas mensagens que enviamos a colegas pesquisadores não retornaram; um e outro aceitaram escrever, porém desistiram por motivos diversos e, no momento, não importantes. Terceiro, a diversidade de autores, com seus estilos e *time* de trabalho peculiares, fez com que o cronograma estipulado por nós não se desenvolvesse como desejado. Faz parte, queremos crer, da dinâmica de trabalhos deste porte. Quarto, o contato com editoras, bem como a resposta, não é simples e rápido, sobretudo, quando se trata de coletânea de textos.

Aos convidar os autores, seguimos alguns critérios: primeiro, tivemos o cuidado de diversificar as instituições e regiões de origem. Segundo, quisemos envolver o universo de pesquisa nas ciências da linguagem, e fomos descobrindo aos poucos que ele é mais vasto do que supúnhamos. Uma e outra área ficou descoberta; fato que esperamos remediar numa provável próxima edição. Terceiro, procuramos não interferir demasiado na produção dos autores, no modo como conduziram o processo de escrita. Isso significa que, ao lançarmos o desafio, consideramos a proposta de não estabelecer um roteiro de escrita. Isso foi importante para deixar evidente que o “fazer científico” não deve seguir a certa cartilha positivista de produção.

Neste Volume 1, o primeiro capítulo “Filosofia da Linguística” foi escrito pelo professor José Borges Neto, da Universidade Federal do Paraná. Nele, o autor inicialmente contextualiza essa área do conhecimento, situando-a no campo da filosofia que lida com a ciência, da qual fazem parte outras filosofias, como as da matemática, da física, da química, e assim por diante. É um campo disciplinar “metateórico” por usar teoria para tratar de teorias que compõem um determinado campo de investigação; no caso, o da Linguística. Finalizado esse processo, Borges Neto trabalha o conceito de “ciência”, para melhor situar o leitor, e em seguida discorre sobre “métodos filosóficos” e “problemas filosóficos” em relação às investigações científicas, em geral, e à Linguística, em particular. Nos parágrafos finais, trata de algumas divergências, no interior da Filosofia da Linguística, sobre como conduzir as investigações.

No segundo capítulo, de autoria de Luiz Carlos Cagliari, da Unesp de Araraquara, abordam-se “Aspectos metodológicos da Fonética e da Fonologia”. Para que não fiquem dúvidas em relação a esses dois campos do saber, Cagliari apresenta um breve estudo sobre a distinção aceita entre “Fonética”, que se propõe a estudar os sons da fala do ponto de vista físico, e “Fonologia”, a investigar os sons da linguagem oral para definir suas funções no sistema da língua. Na sequência, o professor faz um resumo da relação entre letra, som, fonema e propriedades distintivas, relacionando-as aos estudos fonéticos e fonológicos. Comenta sobre a variação linguística, mostrando como essas duas disciplinas auxiliam na compreensão dos fenômenos da língua, ajudando a evitar, assim, os preconceitos linguísticos. Nessa linha de raciocínio, o autor finaliza abordando os problemas atuais que se relacionam aos estudos em Fonética e em Fonologia.

Dentre as várias formas de se fazer pesquisa na área de “Morfologia”, a professora Margarida Basílio, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, traz para o terceiro capítulo uma abordagem gerativista lexicalista. Divide seu texto em duas partes: uma Introdução, na qual mostra os campos gerais de estudos morfológicos, a “flexão” e a “formação de palavras”. Para sustentar seu

ponto de vista, faz um levantamento histórico desse campo do saber. Metodologicamente, Margarida Basílio situa, em primeiro lugar, o leitor, discorrendo a partir de qual mirante trabalhará a “morfologia”. Depois, faz uma contextualização teórica e, após, entra na “pesquisa em morfologia” propriamente dito, apresentando, como exemplos, três “casos” de pesquisa que desenvolve.

Quando aborda a “pesquisa em morfologia”, questiona: o que a análise de *corpus* nos diz sobre a produtividade lexical. Para responder a essa pergunta, mobiliza o projeto “Gramática do Português Falado”, do qual fez parte, coordenado pelo Prof. Ataliba de Castilho. Margarida Basílio descreve as condições de produtividade e as condições de produção de processos de formação de palavras, a partir de proposições teóricas que circunscrevem, utilizando um *corpus* compartilhado, o lugar da análise morfológica. Finaliza seu capítulo falando das possibilidades de se trabalhar no campo da Morfologia, resgatando o recorte que fez.

No capítulo “Pesquisa em Sintaxe: Pressupostos Teóricos, Procedimentos Metodológicos e Questões”, Marcus Vinicius Lunguinho, Mariana Santos de Resenes e Esmeralda Vailati Negrão mostram as etapas para se fazer pesquisa no campo da sintaxe gerativa. O texto está organizado em duas partes principais: uma teórica, na qual fazem um panorama dos fundamentos da Teoria Gerativa; e outra prática, em que são apresentados inúmeros exemplos de análise gerativa. Na parte 1, organizam o texto apresentando, em primeiro lugar, uma visão biológica para a linguagem; em segundo, descrevem o tipo de questões que impulsionam a pesquisa em sintaxe; por fim, focam o como se faz a pesquisa em sintaxe, destacando a necessidade de se construir, a partir de material empírico adequado, um modelo de análise sintático, entendida a sintaxe como um “componente computacional”. Os autores trazem, para a parte 2, exemplos de análise intralinguística. Nesta parte do capítulo, são apresentadas análises do domínio sintático, passando pela análise em constituintes imediatos, do domínio verbal, do domínio gramatical para, por fim, chegar ao domínio discursivo. Concluem o trabalho

alertando que “há muitos fenômenos envolvidos na linguagem humana que não são apreendidos dentro da perspectiva Gerativista”; isso reforça a ideia de que nenhuma teoria linguística dá conta plenamente da complexidade da linguagem humana.

A professora Vivian Orsi, da Unesp de São José do Rio Preto, discorre no quarto artigo sobre a “Lexicologia”. Na breve introdução feita, a partir de vários conceitos de “língua”, essa investigadora afirma que o objetivo de seu texto é apresentar o “léxico” como objeto de trabalho da lexicologia. Em seguida, no item “ciência do léxico”, faz um breve histórico de como os estudos lexicológicos se consolidaram entre as ciências da linguagem. Discorre, na sequência, sobre o objeto que interessa a esse campo do saber, esclarecendo sucintamente a diferença entre “lexicologia” e “terminologia”, e, finalizando essa parte, introduz o fazer científico na área de lexicologia.

No primeiro parágrafo do tópico “Pesquisa em lexicologia”, Vivian Orsi afirma que são várias as tarefas de um lexicólogo e que os estudos lexicológicos podem ser realizados sob três perspectivas: diacrônica, sincrônica e pancrônica. Para aqueles que querem desenvolver pesquisa nessa área, a autora sugere, dentre outras orientações, as seguintes: delimitar o objeto a ser estudado, definindo e caracterizando-o; selecionar uma parcela do léxico para constituir o *corpus*; estabelecer uma teoria linguística de base, imprescindível para delimitar sob qual horizonte as pesquisas serão efetuadas. Alerta que o pesquisador deve cuidar dos procedimentos e técnicas para a análise dos dados, apresentando os resultados de forma clara e coerente. Para finalizar, Vivian Orsi traz informações sobre as atuais tendências nos estudos lexicológicos e conclui dizendo que essa ciência jovem dedica-se ao estudo do léxico “em toda sua completude e riqueza”.

Ieda Maria Alves, professora da Universidade de São Paulo, propõe “uma metodologia para a descrição de neologismos”. Para começar, define os conceitos de “neologia” e “neologismo”, apresenta tanto o ponto de vista gramatical quanto linguístico sobre o assunto e discorre sobre os critérios necessários para se determinar o caráter neológico de uma unidade lexical. Seguindo na explanação, discorre

sobre a aplicação de metodologia(s) para a análise de neologismos, ilustrando com exemplos retirados da trajetória do projeto “Base de neologismos do português brasileiro contemporâneo”, criado por ela em 1993. Tendo explicado a construção de um *corpus* para análise, mostra as diferentes metodologias a serem empregadas na pesquisa de neologismos e apresenta resultados da aplicação da metodologia utilizada.

A professora Gladis Maria de Barcellos Almeida, da Universidade Federal de São Carlos, no capítulo “Terminologia: o que é e como se faz?”, chama a atenção do leitor para a definição de “Terminologia”. Existe uma relação muito próxima entre os estudos feitos pela Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, cujas diferenças a autora contribuirá para esclarecer. Definido o termo, resgata as origens dos estudos terminológicos, destacando as investigações iniciais de Lavoisier e Berthold, no domínio da química, e Linné, na botânica e zoologia, realizados no século XVIII, preocupados em relacionar as denominações aos conceitos científicos. No século XX, as investigações terminológicas começam a se distanciar dessa preocupação, e a Linguística se interessará de fato pela terminologia a partir da década de 1950, quando esta começa a tornar-se um instrumento de comunicação.

No tópico seguinte, Gladis Almeida se dedica ao como se faz uma pesquisa terminológica. Ela justifica sua filiação à Teoria Comunicativa da Terminologia e apresenta oito etapas de seu método de trabalho, fazendo uma breve explanação sobre cada uma delas. Essas exposições levam a investigadora a discorrer sobre o uso computacional para a gestão do trabalho terminológico, exemplificando com o uso do Ambiente Colaborativo *Web* de Gestão Terminológica, denominado *e-Termos*, do qual a investigadora é uma das projetistas. Termina o texto fazendo algumas considerações, salientando o campo de múltiplas possibilidades em que se configura a terminologia.

Claudia Zavaglia, Professora da Unesp de São José do Rio Preto, ao construir o capítulo sobre a investigação em “Lexicografia”,

dialoga virtualmente com o trabalho de Vivian Orsi. Na construção de seu texto, faz inicialmente uma distinção teórica entre “lexicologia”, que estuda e descreve as unidades lexicais de uma língua, e “lexicografia”, que se ocupa dessa descrição para produzir obras de referências, como dicionários, discorrendo também sobre o conceito de “léxico”. Feitas essas observações iniciais, Zavaglia tece uma série de considerações sobre “Lexicografia”, conceituando lexicografia e dicionário, para tratar da “metodologia lexicográfica”. Neste último caso, acentua que um lexicógrafo deve decidir, em sua pesquisa, com quais unidades léxicas irá trabalhar ou compor a sua obra de referência. Como a tarefa de um lexicógrafo visa à produção de um dicionário, a autora auxilia aqueles que querem fazer pesquisas nessa área, apresentando um estudo sobre como fazer o arranjo das entradas, determinar a extensão e a origem da nomenclatura, bem como construir a seleção dos lemas. Cláudia Zavaglia encerra o capítulo, citando John Robert Schmitz, para quem a tarefa do lexicógrafo sempre foi ingrata, porque árdua e solitária.

O texto seguinte responde à pergunta “O que é fazer pesquisa em Linguística Histórica?”. A resposta é dada pela professora Gladis Massini-Cagliari, da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Araraquara - SP. A investigadora situa o campo em que atua, fazendo uma contextualização histórica e acentuando o caráter dinâmico da língua, com o cuidado de enfatizar que a mudança linguística não pode ser entendida “nem como progresso, nem como degeneração”. Para aqueles que querem se enveredar pelas pesquisas em Linguística Histórica, Massini-Cagliari apresenta alguns desafios, dos quais destaca dois. O primeiro deles é ter acesso aos textos a serem investigados, tarefa em geral difícil. Vencido esse entrave, é preciso cuidar da leitura das obras. Alerta, no entanto, que quando é necessário decifrar textos manuscritos, ler os documentos passa a ser atividade duplamente trabalhosa. Para comprovar essas afirmações, a pesquisadora apresenta exemplos que ilustram os tipos existentes de edição e sua aplicabilidade nos estudos de Linguística Histórica. Massini-Cagliari conclui seu artigo com uma citação do saudoso linguista Fernando

Tarallo (1951–1992), como inspiração a atuais pesquisadores e às próximas gerações.

No décimo capítulo, “Crítica Textual”, o professor César Nardelli Cambraia, da Universidade Federal de Minas Gerais, define “crítica textual” e faz um rápido esclarecimento em relação a três outras áreas dos estudos da linguagem, a saber: Filologia, Crítica Textual e Ecdótica. Escreve posteriormente sobre as contribuições da “Crítica Textual” aos estudos da língua(gem), afirmando que ela auxilia “para a *recuperação, transmissão e preservação do patrimônio cultural escrito de um povo*” (Grifos do autor), e enfatiza seu caráter transdisciplinar. Nos parágrafos subsequentes, Nardelli se aventura pelas teorias e métodos a serem empregados na investigação crítica de textos, fala dos tipos de modificações no processo de transmissão de um texto e apresenta vários exemplos. Aborda ainda os tipos, normas e técnicas de edição de textos. Neste caso, dedica especial atenção ao método de edição crítica de Lachmann, ilustrando com um modelo de aplicação. Caminhando para o encerramento do texto, dá um exemplo de como deve ser a apresentação de uma edição crítica e, ao final, aborda algumas perspectivas da crítica textual no Brasil.

Tony Berber Sardinha, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no décimo primeiro texto escreve sobre a pesquisa em “Linguística de *Corpus*”. Afirma que essa área do conhecimento se dedica à compilação e à análise de *corpora*, ou “conjunto de textos”, precisando quais são os dados que lhe interessam e enfatizando a importância do *corpus*. Nos parágrafos subsequentes a essas definições e esclarecimentos, apresenta aspectos importantes para se construir um *corpus*, comentando e exemplificando cada um deles. Discorre a respeito de como se deve fazer “anotação de *corpus*” e como extrair dele informações usando programas computacionais, como o MCI (*Metaphor Candidate Identifier*).

Devido à franca evolução e expansão no mundo contemporâneo da Linguística de *corpus*, o investigador destaca, antes das considerações finais, algumas vertentes nos estudos de *corpus*. En-

cerca afirmando que, graças aos avanços tecnológicos, a Linguística de *Corpus* tende a ser um dos campos mais vibrantes das investigações em Linguística no Séc. XXI.

O penúltimo capítulo deste primeiro volume, os “Estudos da Tradução”, é de autoria da professora Cristina Carneiro Rodrigues, da Unesp de São José do Rio Preto. Inicialmente, faz uma síntese histórica das práticas de tradução desde os romanos até o século XX, enfatizando a natureza prescritiva desses estudos, para depois se concentrar no conceito de tradução, seja como “relação de equivalência”, “funcionalidade”, “processo de transferência” ou “produção de significados”. A exposição de Rodrigues segue no sentido de deixar claras ao leitor as nuances da pesquisa em tradução, apresentando os autores que lidam com cada uma de suas vertentes.

Após delimitar de qual mirante vê a tradução, inclusive afirmando que nos últimos anos os estudos da tradução têm-se aproximado da Linguística de *Corpus*, Cristina Rodrigues apresenta os caminhos (ou as várias abordagens) para quem se interessa por trabalhar nessa área do conhecimento. Mostra um leque de autores que usam essa ou aquela metodologia na pesquisa em tradução, da perspectiva tradicional à da pós-modernidade.

O capítulo treze, intitulado “Historiografia Linguística”, vem assinado pelas professoras Olga Ferreira Coelho, da Universidade de São Paulo, e Maria Mercedes Saraiva Hackerott, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que defendem a importância de se conhecer a dimensão histórica da Linguística. Para que se possa realizar um trabalho nessa área de pesquisa, as investigadoras salientam que é preciso responder a três questionamentos: “a) sob que formas se constitui, no tempo, o conhecimento linguístico?; b) como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem?; c) que tipos de vantagens para a Linguística derivam do conhecimento dos aspectos mencionados em (a) e (b)?”.

Após rápida introdução, Olga Coelho e Maria Hackerott apresentam os autores fundamentais na Historiografia Linguística. A fim de exemplificar, fazem uma análise de três obras históricas da

linguística, a saber: *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure (1857-1913); *Linguística Cartesiana*, de Noam Chomsky (1927-); e *História da Linguística*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970). No item seguinte, as autoras resgatam as contribuições de Thomas Kuhn e Stephen Murray, que se propuseram a repensar “a produção do conhecimento científico”, vista por décadas como neutra, individual, autônoma em relação ao seu contexto de emergência e de difusão.

Após as contextualizações históricas iniciais, Olga Coelho e Maria Hackerott tratam das fontes, dados e abordagens preferenciais na Historiografia Linguística, destacam, a partir do que faz Pierre Swiggers, três níveis de formulação dos saberes linguísticos e mostram, como exemplo, uma lista de documentos. Na última parte do trabalho, as pesquisadoras escrevem sobre a natureza do conhecimento historiográfico.

Após esses rápidos comentários, resta-nos perguntar: o que esperamos do leitor deste livro? Basicamente, que possa encontrar orientações de como iniciar e conduzir uma pesquisa. Os primeiros passos. É certo que o “fazer” pressupõe, de modo particular quando lidamos com língua(gem) e discurso, por conta de suas dinâmicas, uma séria de variáveis que serão observadas durante o processo e determinadas pelas filiações teóricas. De repente, um caminho X pode não ser o melhor numa situação Y, segundo certo mirante. Em todo caso, aqui torcemos para que o leitor iniciante encontre dicas, pistas, nortes, lampejos, ideias, enfim, que encontre experiências... de vida e de trabalho, mas sem comprometer a capacidade de cada jovem pesquisador encontrar os próprios caminhos.

Como o leitor pode perceber a partir desta Apresentação, a obra que trazemos a público não tem a pretensão – e não poderia ser diferente – de esgotar o assunto. No campo das ciências da linguagem, há uma pluralidade imensa de vertentes teóricas e metodológicas, o que se traduz em *modus faciendi* e *modus operandi* bastante específicos e variados. O leitor deverá estar ciente de que nós, nestes volumes, elegemos algumas dentre as possibilidades.

Dirigimos, para finalizar, um especial agradecimento ao professor Kanavillil Rajagopalan que, talvez sem saber, e em poucas palavras, nos encorajou a seguir adiante. Não poderíamos nos esquecer de Alice Ane Napolitano, Elizete de Souza Bernardes, Layla Cristiana Iapechino Souto e Ricardo Mendonça Nogueira, cujas contribuições foram cruciais na revisão dos textos, ajudando-nos a adequá-los às normas editoriais. Por fim, a essência destes trabalhos se deve aos seus autores, colegas de trabalhos e de sonhos, que se dedicaram a laborar o texto. A colocar no papel seu fazer científico. A deixar aos mais novos do que nós mais do que migalhas de pão pelo caminho.

A Apresentação se encerra parafraseando Fernando Pessoa: o esforço é grande, e a obra, imperfeita. Isto, porém, não a torna menor

Adair Vieira Gonçalves
Marcos Lúcio de S. Góis
Dourados, 16 de março de 2011

